

# Ética e regulamentação na pesquisa antropológica

Soraya Fleischer e Patrice Schuch [Orgs.]

Rosana Castro, Daniel Simões e Bruna Seixas [Colaboradores]

Brasília

2010

**LETRAS  LIVRES**

**EDITORA**  
  
**UnB**

© 2010 LetrasLivres.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem: 1ª edição – 2010 – 400 exemplares

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa promulgado pelo Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008.

*Coordenação Editorial*  
Fabiana Paranhos e Sandra Costa

*Revisão de Língua Portuguesa*  
Ana Terra Mejia Munhoz

*Coordenação de Tecnologia*  
João Neves

*Foto da Capa*  
Johan Hazenbroek  
stock.xching

*Preparação dos Originais e Revisão*

Soraya Fleischer  
Patrice Schuch  
Rosana Castro  
Daniel Simões  
Bruna Seixas

*Arte da Capa*  
Ramon Navarro

*Editoração Eletrônica e Layout*  
Lilian Silva

*Apoio financeiro*

O projeto que deu origem a esta publicação foi financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS) e pelo Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB).

*Apoio para a realização do seminário Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica*

Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Ciências Sociais (ICS), Departamento de Antropologia (DAN), Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas: Direitos, Políticas e Estilos de Vida (Laviver), Departamento de Sociologia (SOL) e Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária Responsável: Kátia Soares Braga (CRB/DF 1522)

Fleischer, Soraya. (Org.)

Ética e regulamentação na pesquisa antropológica / Soraya Fleischer, Patrice Schuch (Organizadoras); Rosana Castro, Bruna Seixas, Daniel Simões (Colaboradores) – Brasília: LetrasLivres : Editora Universidade de Brasília, 2010. 248p.

Conteúdo: Esta obra é o resultado do evento "Ética e Regulamentação na Pesquisa Antropológica", realizado na Universidade de Brasília em 12 e 13 de novembro de 2009. O livro mantém o formato de apresentação do evento e é dividido nas seguintes partes: Parte I: Panorama da discussão sobre ética em pesquisa na antropologia; Parte II: Experiências concretas com a regulamentação externa à pesquisa em antropologia e sociologia; Parte III: A perspectiva dos órgãos regulamentadores. Cada parte possui diversos capítulos seguidos de um comentário que debate as ideias neles contidas.

ISBN 978-85-98070-24-7  
ISBN 978-85-230-1246-5

1. Pesquisa com seres humanos, aspectos éticos e morais. 2. Pesquisa em ciências sociais e humanidades, aspectos éticos e morais. 3. Pesquisa em antropologia. 4. Pesquisa em sociologia. 5. Pesquisa em saúde, análise comparativa. 6. Pesquisa social e qualitativa, aspectos éticos e morais. 7. Pesquisa com seres humanos, regulamentação – Brasil. 8. Órgãos de regulamentação em pesquisa – Brasil. 9. Comitês de ética em pesquisa – Brasil. I. Schuch, Patrice (Org.). II. Castro, Rosana (Colab.). III. Seixas, Bruna (Colab.). IV. Simões, Daniel (Colab.). V. Oliveira, Luis Roberto Cardoso de. VI. Fonseca, Claudia. VII. Bevilacqua, Ciméa Barbato. VIII. Schuch, Patrice. IX. Porto, Dora. X. Vieira, Fernanda Bittencourt. XI. Ferreira, Luciane Ouriques. XII. Lima, Raquel. XIII. Fleischer, Soraya. XIV. Diniz, Debora. XV. Guilhem, Dirce. XVI. Novaes, Maria Rita Carvalho Garbi. XVII. Amorim, Elaine. XVIII. Alves, Kênia. XIX. Schettino, Marco Paulo Fróes. XX. Bermúdez, Ximena Pamela.

CDD 174.93  
CDU 179.7: 69

Todos os direitos reservados à Editora LetrasLivres, um projeto cultural da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero  
Caixa Postal 8011 – CEP 70.673-970 Brasília-DF  
Tel/Fax: 55 (61) 3343.1731  
letraslivres@anis.org.br | www.anis.org.br

A versão em PDF desta obra está hospedada para download gratuito no link: [http://www.anis.org.br/arquivos\\_etica\\_antropologica.pdf](http://www.anis.org.br/arquivos_etica_antropologica.pdf).

A LetrasLivres é filiada à Câmara Brasileira do Livro.

Foi feito depósito legal.

Impresso no Brasil.

# Sumário

## APRESENTAÇÃO: ANTROPOLOGIA, ÉTICA E REGULAMENTAÇÃO

*Soraya Fleischer e Patrice Schuch*.....09

## PARTE I: PANORAMA DA DISCUSSÃO SOBRE ÉTICA EM PESQUISA NA ANTROPOLOGIA

1. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas  
*Luis Roberto Cardoso de Oliveira*.....25
2. Que ética? Que ciência? Que sociedade?  
*Claudia Fonseca*.....39
3. Ética e planos de regulamentação da pesquisa: princípios gerais, procedimentos contextuais  
*Ciméa Barbato Bevilaqua*.....71
4. Comentário: Multiplicando perspectivas e construindo verdades parciais  
*Patrice Schuch*.....91

## PARTE II: EXPERIÊNCIAS CONCRETAS COM A REGULAMENTAÇÃO EXTERNA À PESQUISA EM ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA

1. Relato de uma experiência concreta com a perspectiva das ciências da saúde: construindo o *anthropological blues*  
*Dora Porto*.....101
2. Desencontros e descaminhos de uma pesquisa sociológica em um hospital público  
*Fernanda Bittencourt Vieira*.....127
3. A dimensão ética do diálogo antropológico: aprendendo a conversar com o nativo  
*Luciane Ouriques Ferreira*.....141
4. Até onde funciona? Uma breve reflexão sobre a atuação dos comitês de ética em pesquisa no estudo antropológico em saúde  
*Raquel Lima*.....159
5. Comentário: "Para quem os antropólogos falam?"  
*Soraya Fleischer*.....171

## PARTE III: A PERSPECTIVA DOS ÓRGÃOS REGULAMENTADORES

1. A pesquisa social e os comitês de ética no Brasil  
*Debora Diniz*.....183
2. A ética na pesquisa antropológica no campo pericial  
*Elaine Amorim, Kênia Alves e Marco Paulo Fróes Schettino*.....193
3. Ética e pesquisa social em saúde  
*Dirce Guilhem e Maria Rita Carvalho Garbi Novaes*.....217
4. Comentário: Métodos, regulação e multidisciplinaridade nos comitês de ética em pesquisa  
*Ximena Pamela Bermúdez*.....237

SOBRE OS AUTORES E COLABORADORES.....243



..... PARTE I:  
PANORAMA DA DISCUSSÃO  
SOBRE ÉTICA EM PESQUISA NA ANTROPOLOGIA

# Que ética? Que ciência? Que sociedade?

*Claudia Fonseca*

## **A ÉTICA DO ANTROPÓLOGO NUM MUNDO MULTIDISCIPLINAR**

No dicionário *Houaiss* (2001, p. 1271), uma das primeiras definições de “ética” se refere a um “conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade”. Segue logo o exemplo da “ética profissional”, da “ética psicanalítica”, dando a entender que cada profissão tem sua ética. Certamente, para a maioria de nós, é na prática disciplinar (no meu caso, a antropologia) que nascem as primeiras inquietações sobre a ética em pesquisa. Mas, nos parágrafos a seguir, proponho introduzir um fator complicador, pois parto do pressuposto de que vivemos num mundo multidisciplinar e de que boa parte de nossos embates éticos são travados na arena extra-acadêmica – em discussões sobre populações indígenas, relações raciais, questões de gênero, etc. – com pessoas que não conhecem ou não têm qualquer simpatia especial pela antropologia.

Se olharmos para o código da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), encontraremos valiosas recomendações para uma ética do antropólogo – principalmente sobre o



procedimento com nossos informantes e a interlocução com as comunidades-alvo de pesquisa. Essas orientações são pertinentes também para nossa maneira de divulgar o estudo, ou de integrar os resultados em políticas práticas. Entretanto, há esse "fator complicador", que extrapola o código disciplinar: como proceder quando, no desenvolvimento ou divulgação de nossas pesquisas, nos deparamos com atores no próprio campo de ciências que não entendem a "ética" nos mesmos termos que nós?

Gostaria de iniciar uma resposta a essa pergunta indo além das definições do dicionário e acolhendo as reflexões de Jasanoff (2005), uma das principais pesquisadoras norte-americanas nos estudos da ciência. A partir de uma análise comparativa sobre comitês nacionais de bioética – na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos –, ela investiga como, na prática, a ética é entendida. Lembra que a ética pode ser considerada como um ramo da filosofia, um discurso propriamente disciplinar, dominado por especialistas da análise moral. Mas descreve um reconhecimento crescente de que a análise ética não pode proceder conforme um modelo acadêmico clássico, como sistema fechado de regras. Jasanoff sugere que emerge daí uma maneira de pensar a ética enquanto fórum de comunicação, de deliberação democrática, aberto (inclusive) a leigos para discutir prioridades no rumo da ciência e tecnologia.

É praxe, na universidade, consignar os debates éticos a um comitê especializado, composto de respeitados pesquisadores que se reúnem periodicamente para avaliar pesquisas propostas e em andamento. Certamente, ao incluir especialistas de diversos campos, esses pequenos fóruns já enfrentam o desafio de uma discussão interdisciplinar. Resta ver se, na sobrecarga do dia a dia, sobra espaço para aprofundar as implicações desse encontro de perspectivas. Da minha parte, estou cada vez mais convencida de que questões de ética não podem ser convenientemente relegadas a reuniões mensais de um pequeno comitê na reitoria. Assim, em minha reflexão, sigo a inspiração de Jasanoff (2005), explorando a ética como fórum de debates, como espaço de deliberação democrática, aberto inclusive a leigos.

## O ESTOPIM DE MINHA REFLEXÃO

Para melhor explicitar meu objetivo, cabe descrever o epicentro de minhas inquietações – um episódio que se deu há dois anos. Começou com um artigo de jornal publicado em novembro de 2007 sobre uma pesquisa envolvendo médicos e geneticistas de duas grandes universidades gaúchas e representantes da Secretaria da Saúde. Os pesquisadores se propunham a realizar exames de ressonância magnética para “mapear os cérebros” de cinquenta “adolescentes homicidas” encarcerados na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (Garcia, 2007). O objetivo da pesquisa, o jornal informava, era descobrir “como se produz uma mente criminosa” e, assim, entender “as bases biológicas da violência” (Garcia, 2007).

Na internet, em uma enxurrada de mensagens, diversos profissionais expressaram sua profunda indignação diante dos termos do artigo. As críticas foram lideradas por um grupo de psicólogos, sociólogos e antropólogos cariocas que fizeram circular (sempre na internet) um abaixo-assinado denunciando as premissas eugenistas da proposta, que estaria associada a “velhas práticas de exclusão e de extermínio” (Nota de repúdio, 2007). Os críticos referiam-se à precariedade das políticas públicas para sugerir que o desenho da pesquisa não fazia jus à complexidade do problema da violência no Brasil e, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, questionavam se os direitos dos adolescentes pesquisados não estariam sendo violados. O espírito do abaixo-assinado seria multiplicado numa série de manifestações por profissionais em diferentes partes do país. Vide, por exemplo, a nota publicada em um jornal local e, logo depois, no site do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, em que a autora denunciava o viés “reducionista” da pesquisa que “biologiza” a criminalidade. Sua questão principal ia ao cerne das preocupações com a pesquisa científica: “[..] Quais os benefícios e os beneficiários da pesquisa; quais as ameaças e ganhos advindos e quem sofrerá seus efeitos?” (Eidelwein, 2008, p. 21).

Demorou para os ecos do debate no mundo virtual alcançarem a grande imprensa. Quando foi contatado, no início de janeiro de 2008, mais de um mês depois da



publicação do artigo original, o repórter responsável pela matéria respondeu que “não tinha ideia de que o assunto tivesse repercutido tanto, já que esta é a primeira carta que nós recebemos aqui na editoria de ciência sobre essa reportagem” (Garcia, 2008a). Logo o jornalista propôs devolver o debate para o grande público e, assim, duas semanas depois, saiu uma página inteira na *Folha de S. Paulo* com a “nota de repúdio” do grupo carioca, ao lado da tréplica dos pesquisadores gaúchos e de um artigo “mediador” do repórter intitulado *Psicólogos tentam impedir pesquisa com homicidas* (Garcia, 2008b).

A reação dos pesquisadores criticados foi imediata. Aproveitaram a publicidade para montar uma campanha de âmbito nacional a favor de sua pesquisa. Tem-se a impressão de que, desde o primeiro retorno que receberam do repórter da *Folha*, mobilizaram uma equipe de assessores para programar uma série de emissões na TV – em programas como *Globo Repórter*, *Conversas Cruzadas* e *Fantástico* – e nos jornais. Atribuía as críticas ao “desconhecimento” – isto é, ao “feudalismo acadêmico” que levaria cientistas sociais<sup>1</sup> a ignorar as novidades na área de neurociências –, ou a uma crença ingênua de que “os fenômenos mentais e sociais ocorrem independentemente dos cérebros dos indivíduos” (Flores, 2008). Insistiam que estavam compondo uma equipe interdisciplinar, na qual seriam incluídos psicólogos e cientistas sociais para testar os diversos fatores em jogo, e que previam todo o necessário para garantir a “ética” do procedimento – ou seja, o formulário de consentimento livre e esclarecido assinado por cada adolescente e, eventualmente, por algum familiar.

A própria *Folha* publicou, um dia depois do “debate”, um editorial intitulado *Razão e preconceito*, acusando os signatários da nota de repúdio de estarem fazendo uma associação “enviesada e precipitada” da proposta de pesquisa com a “pseudociência” “sem base real” do século XIX. O jornal insinuou que, “ao estigmatizar o estudo com noções preconcebidas”, os críticos estavam criando obstáculos ao progresso da ciência (Folha de S. Paulo, 2008).<sup>2</sup> Mas o comentário mais marcante, publicado em forma de artigo na *Zero Hora*, veio de um pesquisador da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,

médico e membro da Academia Brasileira de Ciências. Para desqualificar o abaixo-assinado carioca, ele acusou os autores de serem “um reduzido grupo de sociólogos e psicólogos *não vinculados à atividade científica* que procura[vam] exercer uma censura digna da Espanha da Inquisição, da Alemanha de Hitler, da Rússia de Stalin”. Denunciou o “obscurantismo” daqueles “não cientistas”, sentenciando que “certamente não é a função dos *léigos* opinar sobre o assunto *sem ter base para tanto*”. E terminou parabenizando a grande imprensa, que, felizmente, teria tido uma reação rápida às aquelas “críticas desvairadas e *amadorísticas*” (Izquierdo, 2008, grifos meus).

Esse episódio me colocou, como nunca antes, uma série de perguntas sobre a minha ética enquanto antropóloga, cientista e cidadã. A experiência – anos de contato etnográfico com famílias pobres, entrevistas com jovens abrigados e diálogos com outros cientistas sociais, “ongueiros” e autoridades que lidam com intervenção nessas áreas (Fonseca; Schuch, 2009) – tinha me deixado com a convicção de que as causas de comportamentos antissociais remetiam, em grande medida, ao estigma e aos mecanismos de discriminação que contribuem para a exclusão de certas categorias. Coerentemente com o princípio da beneficência, pedra angular de qualquer discussão sobre ética em pesquisa,<sup>3</sup> eu tinha envidado esforços para que minhas pesquisas não reforçassem o estigma que pesa sobre esses grupos alvos de intervenção. Mas essa experiência e essa convicção me impunham a obrigação de entrar em debates que extrapolavam meu campo disciplinar?

Eu não tinha assinado a nota de repúdio, pois intuía, naquele confronto, um clima de “Fla-Flu” que queria evitar. Procurei elaborar minha preocupação em termos mais comedidos, num artigo elaborado com uma colega que tinha longa experiência de pesquisa e ativismo no campo dos direitos da criança e do adolescente (Fonseca; Craidy, 2008). Foi esse artigo (longo demais para sair no jornal) que desencadeou a confrontação direta entre pessoas “pró” e “contra” a pesquisa. Durante as trocas que se seguiram, a exaltação dos ânimos me impressionou a ponto de reacender dúvidas. Como pesquisadora universitária, eu

não deveria estar defendendo a autonomia da ciência, em vez de questioná-la?<sup>4</sup> Será que eu também estaria pronta para ver minhas pesquisas sofrerem aquele mesmo tipo de escrutínio público? O consentimento livre e esclarecido previsto pelos colegas não seria suficiente para tranquilizar a consciência de todos?

Mas, acima de tudo, permanece a pergunta: o que podemos aprender desse episódio – e do desconforto que criou entre um bom número de acadêmicos – que possa ajudar a aprofundar uma reflexão sobre a ética de nossas próprias práticas de pesquisa?

## VULNERABILIDADES EM QUESTÃO

Historiadores da ciência sugerem que, com a ciência experimental do século XVIII, firmou-se a aparente aliança entre “virtude” e “verdade” (Shapin, 1994). Em geral, o cientista – pelas suas origens de classe – já desfrutava do *status* de *gentleman*, cidadão honesto e respeitável. Era esse tipo de pessoa, afastado de preocupações mundanas, o mais indicado para descobrir as verdades das ciências naturais. Dessa forma, foi se criando uma imagem da ciência ideal enquanto “cidadela” afastada do mundo – esfera autônoma, regida pela pura racionalidade, onde os especialistas obram simultaneamente pelo progresso da ciência e o bem da humanidade. A revolução industrial trouxe dúvidas quanto a essa imagem idealizada da ciência. Críticos chamavam a atenção para os estragos ambientais e sociais ocasionados pelas novas tecnologias. Mas foi só depois da Segunda Guerra Mundial e da constatação das atrocidades perpetradas por cientistas do regime nazista que a comunidade científica mundial se viu incumbida de reafirmar as bases éticas de sua prática.

Já que era principalmente a ciência *médica* que estava sob mira, foram os médicos os primeiros a reagir. O Código de Nurembergue sobre experimentação em humanos foi elaborado em 1947 por um médico estadunidense que tinha participado do tribunal pós-guerra, e a Associação Médica Mundial reeditou princípios básicos de benevolência na sua Declaração de Genebra, de 1948, assim como



nas sucessivas edições, a partir de 1964, da Declaração de Helsinque (Costa, 2008; Jasanoff, 2005). Primeiro na lista de dez itens do Código de Nurembergue constava o consentimento livre e esclarecido, isto é, o princípio de que nenhum sujeito humano deveria ser incluído numa investigação sem ter compreendido os objetivos e assentido com os riscos da pesquisa.

Observadores se admiram hoje da fé que os proponentes do código depositavam na liberdade do sujeito em optar pela aceitação ou recusa de participação na experiência médica (Kottow, 2008). Mas essa fé era coerente com a visão de ciência vigente na época. Continuava-se a pressupor que a *boa* ciência operava numa esfera autônoma, de pessoas especializadas capazes de se autorregular. A má ciência do regime nazista tinha sido consequência da intromissão do governo naquela esfera. O espírito crítico, a transparência e a neutralidade – atributos típicos do regime democrático – seriam ingredientes necessários e suficientes para o desenvolvimento de uma ciência ética (Merton, 1942).

Foi também no contexto norte-americano que apareceram as primeiras evidências de que, mesmo no seio da sociedade democrática, havia perigo de a ciência “desandar”. Em 1966, um médico da Universidade de Harvard, Henry Beecher, publicou um levantamento de 22 projetos desenvolvidos por cientistas norte-americanos, todos altamente qualificados, em que a saúde das pessoas envolvidas tinha sido gravemente prejudicada pela pesquisa. Uma das conclusões mais alarmantes do estudo de Beecher era que boa parte da experimentação ocorria em populações vulneráveis: recrutas militares, portadores de deficiência mental, idosos, presos, crianças, etc. A pergunta que se colocava era: esses indivíduos estão em condições de negociar os termos de sua participação numa pesquisa acadêmica? Tornou-se evidente que existiam situações em que a questão ética ia muito além do simples consentimento livre e esclarecido.

Petryna (2005, p. 185, tradução nossa) descreve como, nos Estados Unidos, esse questionamento provocou uma moratória de pesquisa entre populações encarceradas e um reajuste nas estratégias das companhias farmacêuticas:



[...] O volume de pesquisa nas cadeias era impressionante: cerca de 90% dos remédios liberados para uso antes dos anos 1970 tinham sido testados em populações encarceradas... Com a proibição do uso de presos (para experiências médicas), as companhias farmacêuticas perderam sua base inteira de voluntários humanos. Foram obrigadas a deslocar boa parte de sua pesquisa para outras regiões: para a Europa [...] e para outros lugares com uma grande reserva de sujeitos aptos a se apresentarem como voluntários [por causa de sistemas nacionais de saúde inadequados e de acesso limitado a recursos médicos].

Assim, a partir do fim dos anos 1970, restrições éticas orientavam que o uso de detentos em experiências médicas era justificado em apenas duas circunstâncias: quando a pesquisa era voltada à melhoria do próprio ambiente prisional, ou quando revertia em benefício direto para os presos.

Entretanto, duas décadas mais tarde, as atitudes estavam mudando mais uma vez. Em 1999, um pesquisador da Universidade de Stanford provocou celeuma ao apresentar os resultados de seu estudo sobre o uso de drogas para o controle comportamental de adolescentes privados de liberdade (Kahn, 1999). Tal como observou um analista, o consentimento livre e esclarecido nesse caso era "duplamente complicado", pelo fato de os participantes da experiência serem presos e menores de idade (Kahn, 1999). Pouco tempo depois, o Instituto de Medicina (IOM, na sigla em inglês), a pedido do governo estadunidense, foi chamado a rever os critérios éticos para a pesquisa científica. Em particular, devia examinar se, naquele cenário, a moratória quanto ao uso de detentos em experiências científicas continuava apropriada. Oponentes à mudança insistiam que presos não estavam em condições de consentir livremente com qualquer coisa, que eram motivados a participar em experiências por benefícios mínimos (algumas horas fora da cadeia para fazer exames, um tratamento médico básico, etc.) ou na esperança de angariar as simpatias do juiz. Chamavam atenção também para as pressões da indústria

farmacêutica, que, cerceada por crescentes restrições à experiência médica no Terceiro Mundo, clamava pela possibilidade de recrutar “voluntários” perto de casa.<sup>5</sup>

Contudo, a evolução do contexto trouxe novas nuances ao debate. Hoje, boa parte dos especialistas em ética em pesquisa defende o uso criterioso de presos em experiências científicas. Criticam atitudes paternalistas que apresentam o detento como vítima passiva, incapaz de exercer o discernimento. Também argüem contra restrições que afastam pessoas da oportunidade de usufruir de tratamentos de ponta (Goldim, 2004; Luna, 2008). Não é, portanto, surpreendente que o comitê estadunidense encarregado de rever a ética em pesquisa tenha citado mudanças na própria literatura sobre bioética para justificar suas conclusões. O comitê insiste que as ideias de justiça e respeito por pessoas continuam centrais às considerações éticas para a pesquisa científica. Entretanto, frisando que o significado desses princípios evoluiu, sugere a mudança de uma ética “baseada em categorias” para uma ética “baseada no cálculo de risco e benefício”. Tal recomendação representa uma flexibilização sutil das possibilidades de uso de detentos na experimentação científica (Committee on Ethical Considerations for Revisions to DHHS Regulations for Protection of Prisoners Involved in Research, 2006).

A partir dessa recapitulação do caso estadunidense, observamos que existe considerável controvérsia em torno de certos pontos particularmente sensíveis da ética em pesquisa. Assim, não é nada surpreendente que questões sobre a insuficiência do consentimento livre e esclarecido e a necessidade de vigilância em relação a experiências científicas entre populações vulneráveis voltem à tona em cada geração de pesquisa, produzindo, eventualmente, novos resultados. O próprio dinamismo do campo revela que não há fórmula pronta, nem código legal, que consiga garantir o bom procedimento dos cientistas. Aponta para a necessidade de discussões constantemente renovadas a fim de examinar as exigências éticas da pesquisa diante das (sempre) novas circunstâncias.

## EFEITOS "SIMBÓLICOS" SÃO MENOS NOCIVOS?

Vemos então que as preocupações éticas da pesquisa científica se concentram, desde o início, nos possíveis exageros da ciência médica. E são soluções cunhadas para sanar problemas nessa área disciplinar que têm se alastrado para o resto das ciências. Contudo, cientistas sociais questionam o uso da experiência médica como matriz para o questionamento ético nas demais ciências. Chamam atenção para a diferença entre fazer pesquisa *em* humanos, tal como nas ciências médicas, e fazer pesquisa *com* humanos, tal como nas ciências sociais (Víctora *et al.*, 2004). A ideia é que os perigos são de natureza diferente. As experiências *em* podem causar graves danos físicos duradouros, e até a morte. Mas cabe a pergunta: será que queremos dizer, com isso, que as experiências *com* humanos são realmente mais inócuas? Será que os efeitos colaterais físico-corporais são sempre mais ameaçadores do que os efeitos simbólicos?

Desde o início da reflexão sociológica, cientistas sociais têm insistido no poder das palavras classificatórias para moldar a autoimagem e o próprio comportamento dos indivíduos. Goffman (1988) se referiu à teoria da rotulação, em que as pessoas portadoras de algum estigma vão consolidando, na interação com outros, a identidade de desviantes. Bourdieu (1979), ao cunhar a noção de profecia autorrealizadora, aplicou essa perspectiva ao ambiente escolar, apontando para os sutis mecanismos de discriminação que levam crianças de grupos minoritários (ou economicamente desfavorecidos) a fracassar. Lendo na atitude dos professores e nas políticas da instituição que fazem parte de um grupo "menos inteligente" ou simplesmente "problemático", esses estudantes aprendem a se comportar de forma condizente. Ao "não darem certo", realizam o prognóstico de seus professores (Bourdieu, 1979; Schneider, 1999). Foucault (1979), debruçando-se sobre figuras tidas como desviantes – homossexual, criminoso ou doente mental –, descreveu o poder das classificações médicas, que, transformadas em instrumentos de governo, fazem mais do que simplesmente controlar condutas. Moldam a própria subjetividade das pessoas.



A partir desses desenvolvimentos nas ciências sociais – isto é, do reconhecimento dos efeitos duradouros (às vezes devastadores) das palavras classificatórias –, planejadores e ativistas passaram a ter cuidado com os termos usados para descrever jovens associados a um comportamento infracional. Gradativamente, a expressão “delinquente juvenil” foi abandonada por carregar conotações da criminologia novecentista – a que localizava as causas do delito no próprio corpo, por herança ou degenerescência, do “tipo” criminoso. Qualquer classificação que insinuasse uma condição permanente ou intrínseca na pessoa (como se o jovem infrator fosse uma espécie à parte) era considerada contraproducente para a mudança de atitude do jovem, peça indispensável à sua reinserção social. No Brasil, ao usar a categoria “adolescente autor de ato infracional”, os criadores do Estatuto da Criança e do Adolescente quiseram colocar em prática essa orientação. Procurando combater os efeitos negativos da rotulação, insistiram numa classificação que colocava a ênfase no cometimento do ato transgressor, e não num tipo de pessoa. Aos olhos desses ativistas, escancarar o termo “adolescente homicida” nos jornais representava décadas de retrocesso.

A importância da classificação se estende, além da retórica, para o diagnóstico e tratamento do problema. No caso de alguém que cometeu uma transgressão, procura-se entender o contexto que gerou no indivíduo tal comportamento. Trata-se o jovem através de intervenções educativas ou terapêuticas, e previnem-se novas transgressões através de políticas públicas de emprego, educação, etc. Quando a transgressão é associada ao próprio ser, parece não haver outra solução senão a contenção permanente do transgressor – ou pelo encarceramento, ou pela medicalização. Daí, é só um curto passo para deduzir que a única medida realmente eficaz no combate à violência seria uma política para identificar, isolar e tratar esses indivíduos antes mesmo de eles cometerem transgressões. A pesquisa sobre “adolescentes homicidas”, que seriam “psicopatas” “irrecuperáveis”, evidentemente, se aproxima dessa segunda linha de raciocínio (Etchichury, 2008). Quem apoia o projeto acredita que é essa formulação do problema que trará benefícios para a sociedade. Críticos querem saber



quais os efeitos benéficos para os próprios adolescentes participantes da pesquisa. É difícil imaginar como projetar a imagem de “infratores” como pessoas neurologicamente comprometidas ajudará na sua reinserção social.

É verdade que a proposta incluía o exame de fatores ambientais. Porém, essas considerações eram atreladas a teorias sobre os períodos cruciais de aprendizagem durante a primeira infância. E, como lembram observadores críticos, inclusive alguns da área de neurociências, tal perspectiva desloca apenas levemente o determinismo: dos genes para o ventre ou peito da mãe. Além disso, carrega conotações altamente estigmatizantes de que – por causa de carências materiais e faltas afetivas nos primeiros anos da vida – populações inteiras restam irremediavelmente subdesenvolvidas do ponto de vista cerebral (Bruer, 1999).

Assim, com essa convicção de que o efeito das palavras é tudo menos inócuo, cientistas sociais reagiram contra o artigo na *Folha de S. Paulo*, que parecia transmitir em cada frase categorias discriminatórias. Defensores da pesquisa proposta objetaram que os críticos tinham se precipitado, que não fazia sentido tanto escarcéu em torno de uma pesquisa que estava apenas na fase inicial de elaboração. Do ponto de vista dos cientistas sociais, era a precoce divulgação da pesquisa que causava consternação. As premissas e hipóteses da proposta pareciam ser absorvidas pelos espectadores como fato, antes mesmo da produção de evidências.

Alguns críticos declaravam sua intenção de impedir a realização da pesquisa proposta, mas o foco principal de indignação era, sem dúvida, a linguagem usada no artigo. Considerando que se tratava de uma disputa pela opinião pública, é irônico que a crítica tenha acabado deflagrando uma quantidade de matérias na mídia nacional em que os autores da pesquisa conseguiram disseminar suas ideias a um público receptivo. Durante semanas, os canais nacionais de televisão incluíram o debate entre as notícias cotidianas, enquanto programas como o *Fantástico* – formulando a hipótese da pesquisa através de imagens animadas do cérebro e outras táticas de divulgação popular da ciência – passaram a ideia de que a maioria (senão todos) dos adolescentes privados de liberdade possuem uma parte do

cérebro atrofiada. Ao que tudo indica, os autores da pesquisa criticada calcularam a força da mídia melhor do que os cientistas sociais com os quais debatiam, e acionaram uma linguagem acessível para garantir a comunicação.

## **AS CIÊNCIAS NEM MAIS, NEM MENOS EXATAS**

Os críticos à proposta original eram apresentados como cientistas sociais fechados no seu “feudo acadêmico” que não aceitavam ceder diante das novas evidências de que a biologia (ou o cérebro, ou os genes) tivesse influência sobre o comportamento. Tal como em outras polêmicas científicas que despontam na imprensa, reavivava-se o velho debate, já amplamente criticado por antropólogos contemporâneos, de natureza *versus* cultura (Ingold, 1996; Latour, 1994). Enquadrava-se o conflito em termos de uma “guerra das ciências” que previa uma relação de rivalidade entre os especialistas das ciências exatas e os das ciências humanas. Sem dúvida, de ambos os lados, o calor do debate sugeria tensões latentes que remetiam a tradições disciplinares profundas. Porém, tal observação não se confunde com a ideia de uma oposição simples, nem de uma homogeneidade de opiniões de cada lado de alguma fronteira imaginária. Em todo caso, da parte de muitos psicólogos, educadores e cientistas sociais, as críticas à proposta de pesquisa pareciam remeter menos a um apego corporativista ao polo “cultura” do que a um desconforto com a maneira como as “evidências” em torno do polo “natureza” estavam sendo produzidas.

Em primeiro lugar, aos olhos dos críticos, a escolha do lugar para a pesquisa – uma instituição de privação de liberdade para adolescentes – encerrava equívocos técnicos e éticos. Ignoravam-se décadas de pesquisa nas ciências sociais que haviam demonstrado que: a) há uma imensa proporção de crimes impunes – em certos contextos, os homicídios não solucionados chegam a 90% do total (Abreu; Sousa; Alli, 1999); e b) entre aqueles infratores detectados, sentenciados e encarcerados, há uma desproporção de pessoas de grupos discriminados. Em outras palavras, ser visto como negro, indigente, ou mesmo

de “família desestruturada” são estigmas – mecanismos de discriminação social – que facilitam a severidade dos julgamentos (sem falar na ineficácia das defesas) e que levam à concentração desmedida dessas categorias discriminadas nas cadeias (Leung *et al.*, 2002; Lima, 2004; Wacquant, 2001). Tais observações não são cunhadas para apresentar a população de presos como inocente e, muito menos, inócua. Mas sugerem que não é possível pressupor que se concentram na cadeia os indivíduos “mais violentos” da sociedade. Tal pressuposto representaria um deslize metodológico baseado no senso comum.

Seguindo adiante nessa linha de raciocínio, perguntei para um colega geneticista (e apoiador da pesquisa criticada): “Por que não fazer ressonância no cérebro de policiais cariocas? Eles também têm uma reputação de alta violência”. Ele respondeu com certa impaciência: “A resposta é óbvia. Porque os policiais não iam deixar...”. A resposta só reforçava minha apreensão quanto aos efeitos estigmatizantes daquela pesquisa. Por que os policiais ou seus superiores institucionais não aceitariam participar? Porque saberiam que a simples notícia daquela investigação – com sua premissa de uma tendência fisiobiológica à violência – bastaria para reforçar preconceitos contra a polícia. Sobra então a pergunta: quem deixaria? E, ao considerar as possíveis respostas, surge mais uma dúvida. Será que os adolescentes privados de liberdade foram eleitos como alvo de pesquisa “simplesmente por conveniência administrativa ou por serem fáceis de manipular, em razão de sua [...] condição socioeconômica”? (Relatório Belmont, 1979 *apud* Castro, 2008, p. 242). Tal proceder seria uma violação de um princípio que muitos especialistas em ética em pesquisa consideram fundamental: a equidade na seleção de participantes.

Em segundo lugar, considera-se que as opções metodológicas revelam uma formulação do problema de pesquisa com implicações inquietantes. Desde o início, os autores da pesquisa frisavam que não iam se limitar a jovens privados de liberdade. Era prevista uma segunda etapa de estudos com um grupo de controle entre adolescentes de camadas mais abastadas. Mas permanece a pergunta: por que começar com os internos? Esse ponto de partida



já prevê o tipo de conclusão possível. À pergunta “como diminuir a violência na sociedade?”, a resposta só pode ser pela contenção e medicalização dos indivíduos ou pela “ortopedia social” para suas famílias. Se o ponto de partida fosse os jovens da classe média que povoam os consultórios dos neurologistas e que pagam caro para investigar alguma “alteração” cerebral (é difícil ouvir, nesse contexto, o termo “atrofia”), a pergunta – assim como as conclusões – seguiria outros caminhos. Haveriam de indagar: quais os mecanismos educativos, terapêuticos e médicos que foram agilizados para que esses jovens tivessem uma vida normal, apesar de certos problemas neurológicos? E é bem possível que, ao considerar as implicações para políticas públicas, surgiriam sugestões mais criativas do que simplesmente isolar e medicalizar os indivíduos.

Em terceiro lugar, mesmo (ou talvez especialmente) quando se tratava das dimensões psicológicas e sociais previstas na pesquisa, existiam dúvidas. Os autores da pesquisa criticada insistiram que estavam adotando uma abordagem multidisciplinar e que haveria psicólogos, por exemplo, participando da aplicação e análise de entrevistas e histórias de vida. Mas os críticos se preocupavam: a inclusão de cientistas sociais garantiria a sofisticação metodológica proporcionada pelas últimas décadas de debate? Hacking (1999), por exemplo, sugere que, para investigar as raízes do comportamento antissocial, a entrevista é uma ferramenta de pouca valia. A ideia é que os entrevistados, tendo internalizado as crenças (inclusive científicas) de sua época, vêm com discursos prontos: “[Hoje em dia] é inteiramente previsível que um pai ou mãe abusador alegará que foi abusado na infância” (Hacking, 1999, p. 137). Tal confissão serve para explicar e, de certa forma, desculpar o comportamento delituoso, assim mitigando o castigo. As observações desse autor não visam negar uma possível conexão entre experiências na infância e comportamento adulto antissocial; simplesmente afirmam que a técnica de entrevista – essa narrativa *post ipso facto* – não fornece evidências sólidas para esclarecer a hipótese. Entretanto, pesquisas “multidisciplinares” que pretendem medir os pesos respectivos da genética e do ambiente nas causas do comportamento antissocial continuam a depender, em



grande medida, do autorrelato (*self-reporting*) de presos – sem discussão sobre as eventuais limitações do método (Baker; Bezdjian; Raine, 2006).

Uma quarta observação aprofunda a reflexão sobre a maneira como essas diferentes opções – a escolha do universo de pesquisa, a formulação do problema e a eleição de um procedimento metodológico – são influenciadas pelas demandas da sociedade. Pesquisadores especializados nos estudos da ciência sugerem que, quanto mais espetacular o problema social a ser investigado, maior a tentação de ceder à *doxa* – as ideias do senso comum, tanto científico quanto leigo – para nortear a pesquisa (Bourdieu, 2004). Frisam que, no caso de certas teorias científicas atualmente em moda (*e.g.* sociobiologia, psicologia evolucionária), é justamente a compatibilidade com determinadas narrativas euro-americanas sobre a natureza humana e a vida social que garante sua grande popularidade (McKinnon; Silverman, 2005). Certamente, uma pesquisa apresentada como inserida nas políticas públicas de saúde e que promete chegar às bases biológicas da violência tem um apelo potencial muito grande. A ênfase nos primeiros anos de vida e no papel todo-poderoso da família no desenvolvimento infantil também mexe com uma série de imagens tradicionalmente caras ao grande público.

O filósofo da ciência John Bruer (1999) externa sua preocupação com a influência que uma combinação semelhante de elementos teve sobre a pesquisa científica no contexto norte-americano. Mapeia, desde o fim dos anos 1970, evidências nos jornais e na televisão de uma crescente fascinação com o cérebro, permitindo vestir de roupa nova antigas crenças do “determinismo infantil”. A partir desse momento, o autor identifica primeiro na grande mídia, depois nos *working papers* e, finalmente, nos discursos políticos a incorporação cada vez mais entusiasta de referências à neurociência. Entretanto, quando Bruer examina os documentos e eventos científicos citados para fundamentar esse entusiasmo, fica perplexo. Eles seguem um mesmo padrão – uns poucos parágrafos (ou minutos) dedicados à pesquisa em neurociências, geralmente como um tipo de prefácio, para justificar as muitas páginas (ou horas) consagradas a discussões sobre pesquisas nas

ciências comportamentais e outros suportes classicamente associados ao planejamento de políticas públicas. Mesmo nos documentos considerados como referência fundamental, a discussão sobre a literatura científica é muito sumária – evocando inevitavelmente uma ou outra experiência pontual com animais não humanos.<sup>6</sup> As “causas” em cujo nome se introduz a neurociência fazem parte de um regime de bom senso para qualquer governo: melhoria nos serviços pré e pós-natais, nos cuidados pediátricos, no planejamento familiar, na assessoria para pais, programas de creche e pré-escola, reforma do sistema previdenciário. Entretanto, Bruer, como administrador responsável pelo financiamento de pesquisas em neurociências, encontra pouco nessas discussões que o ajude.<sup>7</sup> Descrevendo sua frustração depois de um evento pivô organizado na Casa Branca por Hillary Clinton em 1997 (com subtítulo “O que a nova pesquisa sobre o cérebro pode nos dizer sobre a primeira infância”), diz:

Fiquei perplexo porque durante a conferência tinha ouvido muitas e abrangentes recomendações para políticas públicas, com justificção baseada na “nova ciência do cérebro”. Entretanto, tinha escutado relativamente pouco sobre essa ciência, absolutamente nada que eu poderia, em boa consciência, descrever como “novo”, e nenhuma pesquisa que pudesse demonstrar a relação entre gatinhos cegos e a reforma do sistema previdenciário (Bruer, 1999, p. 8-9).

Bruer segue fornecendo relatos pormenorizados sobre os “saltos lógicos” cometidos ora por jornais, ora por políticos e ora pelos próprios pesquisadores, ansiosos para demonstrar a relevância social de suas pesquisas. Questiona como a ideia de mais sinapses é confundida com mais inteligência. Questiona como os resultados de pesquisas no cérebro de ratos com dois meses de idade (fim da adolescência para essa espécie) são usados para falar dos cérebros de recém-nascidos humanos. Questiona como diferenças entre espécies – no ritmo do desenvolvimento, nos sentidos privilegiados para adaptação ao meio ambiente, etc. – são ignoradas para alardear generalizações que passam de gatos, macacos e ratos a seres humanos.

Ele faz uma demonstração particularmente interessante de sua tese (sobre a relação complexa entre mídia, política e ciência) ao seguir a trajetória de uma imagem que coloca lado a lado o *Pet scan* dos cérebros de duas crianças de três anos, tendo o da criança "globalmente negligenciada" a metade do tamanho do outro. Essa imagem, conta Bruer, foi originalmente publicada no resumo de um trabalho apresentado em um congresso médico. É foi então reproduzida em lugares diversos – nas revistas *Time* e *Newsweek*, em sites oficiais do departamento de saúde estadunidense, etc. – para apoiar políticas de educação precoce visando prevenir um grande leque de problemas sociais: desde o retardo mental e o tabagismo até o crime violento. O único problema é que ninguém parou para perguntar em quais condições aquela imagem tinha sido feita, por quem, e sobre que tipo de população.

Depois de muitos telefonemas, Bruer finalmente localizou a pessoa que tinha feito as imagens originais, um neurologista pediátrico e pesquisador universitário. Este lhe informou que as imagens eram fruto de pesquisas realizadas com órfãos romenos vivendo nos Estados Unidos. Mas quando Bruer pediu para ler o artigo publicado sobre a pesquisa, sem dúvida com mais detalhes, seu interlocutor disse que estava esperando para repetir suas experiências antes de publicar qualquer conclusão precipitada. Dois anos depois, quando mais uma vez falou com Bruer, o pesquisador disse que tinha descartado as imagens – não iria publicá-las nunca, pois análises subsequentes de seus dados revelaram que não havia nenhuma diferença significativa entre os cérebros de crianças negligenciadas e os cérebros de crianças no grupo "normal". Não obstante a cautela (e ética científica) desse pesquisador, seu material já tinha sido usado no mundo inteiro para dar apoio "científico" a ideias do senso comum que apresentavam a educação infantil precoce como antídoto para todo e qualquer problema social.

Bruer deixa claro que está engajado na procura por métodos pedagógicos eficazes, que apoia esforços para garantir o bom nível da educação pré-escolar (que seja realizada em famílias ou em creches). Mas questiona os argumentos que enfatizam "os três primeiros anos da vida"



a ponto de dar a impressão de que as outras etapas de aprendizagem são secundárias. A aposta política de Bruer se torna manifesta no subtítulo de seu livro, que alude a "uma nova compreensão" do cérebro e "da aprendizagem *que continua ao longo da vida*". É evidente que Bruer acredita numa conexão entre fatores ambientais e o desenvolvimento do cérebro. Mas coloca sérias dúvidas se um determinado tipo de pesquisa "popular" está avançando os conhecimentos nessa área. E traça críticas sobre as falhas metodológicas dessa pesquisa a partir de firmes convicções políticas.

O trabalho de Bruer (e outros observadores que se propõem a realizar uma crítica "interna" às ciências exatas) fascina cientistas sociais como eu porque reforça nossa convicção de que as ciências naturais não são nem mais nem menos exatas que as humanas. Entretanto, torna-se mister evitar os exageros potenciais desse tipo de crítica. Usar esse material para desqualificar uma ou outra vertente da ciência seria abraçar, como instrumento de luta, os elementos da ciência positivista que queremos contestar. Devemos evitar o viés cientificista empenhado em dividir as pesquisas entre "certas" e "erradas". De Bourdieu a Latour, cientistas sociais especializados no estudo da ciência insistem que há muita intuição no trabalho científico em *todas* as disciplinas. Há tentativa e erro, e os fracassos fazem parte da rotina – tanto nas ciências exatas como nas humanas. A criatividade do trabalho científico envolve momentos em que os próprios cientistas não sabem exatamente por onde andam.

Para encarar as diferenças entre oponentes intelectuais (e a exaltação com a qual um campo localiza os "erros" do outro), poderíamos usar a perspectiva kuhniana da ciência como sucessão de paradigmas em que, devido a um número crescente de contraexemplos, determinada teoria, antes hegemônica, é gradativamente minada e substituída (Kuhn, 1987). Mas há outra proposta, mais coerente com a visão de ciência com a qual trabalhamos aqui. Na sua análise da "gênese de um fato científico" (no caso, a descoberta do microorganismo associado à sífilis), Fleck (2005) postula que diversos "estilos de raciocínio" científico – cada um com sua lógica interna – podem coexistir, mesmo sendo incompatíveis (em certos detalhes) entre si. Os estilos



podem ter surgido em épocas distintas, e podem ter sofrido críticas a ponto de se tornarem praticamente extintos. Mas também pode haver algo das “antigas” verdades que vem se imiscuir nos estilos “novos” de raciocínio. E, num movimento cíclico, as hipóteses consideradas superadas em uma época podem voltar como explicação revigorada num momento posterior (Fleck, 2005; Carrara, 1996). Não seria difícil enxergar nos debates em torno da pesquisa dos médicos e geneticistas gaúchos “estilos de raciocínio” distintos – cada um com seus colaboradores, com sua trajetória, e com peso variável conforme as circunstâncias sociais e políticas do momento. A vantagem dessa visão é que, longe de pleitear a autonomia da prática científica, ela apresenta as circunstâncias políticas como intrínsecas à ciência normal.

## **POLÍTICA E CIÊNCIA**

A autonomia da ciência só pode ser sustentada se pressupusermos que o conhecimento é inócuo (ou neutro), motivo pelo qual seria desejável mantê-lo afastado da contaminação das demandas políticas. É sem dúvida essa visão de ciência que subjaz à reação de um colega das ciências exatas às críticas sobre a pesquisa com os “adolescentes homicidas”: “Não entendo as objeções. Trata-se de uma pesquisa puramente técnica. Não tem nada a ver com a ética”.

Nader (1996) é uma entre muitos estudiosos da ciência que problematiza as fronteiras traçadas por visões iluministas entre ciência e outras esferas da vida social. Ela lembra que, nos esquemas antropológicos do final do século XIX e início do século XX, a ciência ocidental era sistematicamente oposta a mentalidades consideradas mais primitivas (caracterizadas por superstição, magia e religião). Malinowski, já nos anos 1920, propôs atenuar essa dicotomia mostrando que povos tribais também empregavam a racionalidade científica, calcada na observação de evidências empíricas, e que sociedades ocidentais também abrigavam espaços de pensamento mágico. Entretanto (Nader continua seu argumento), Malinowski não chegou à conclusão “lógica” de seu raciocínio – a de examinar a

própria racionalidade científica como um produto cultural e histórico de certo contexto. A "ciência", até poucas décadas atrás (quando foram intensificados os estudos sociais sobre ela), era preservada de olhares escrutinadores por um sistema de classificação que demarcava territórios, estabelecendo fronteiras firmes entre este domínio e outros. Nessa visão, a ciência era tida como resultado da pura racionalidade, sua evolução tendo pouco a ver com o contexto mais amplo (concorrências internacionais, interesses industriais, demandas consumistas) em que se desenvolvia. Fatores como sexo, nacionalidade, classe ou origem étnica do pesquisador eram considerados ou irrelevantes ou – quando reconhecida sua relevância – elementos potencialmente perturbadores a serem depurados para garantir a objetividade do olhar científico.

Só cinquenta anos depois dos estudos pioneiros de Fleck, cientistas sociais passaram a sistematicamente examinar a ciência ocidental, revelando-a como objeto de pesquisa tão inevitavelmente perpassado pelos fatores sociais, econômicos e políticos do contexto quanto qualquer outro fenômeno. Observações em usinas nucleares, laboratórios bioquímicos ou hospitais levaram pesquisadores à conclusão de que toda opção é carregada de valor e que, na maioria dos contextos ocidentais, o conhecimento é inventado para criar um plano para a solução de problemas definidos em grande medida pela conjuntura social (Rabinow, 1993). Nas palavras de Nader (1996, p. 3), "segregar a ciência do problema que está confrontando, da solução que está oferecendo e da tecnologia que está engendrando é removê-la de seu contexto [...]. Ciência descontextualizada se transforma em privilégio eufemizado".

Enquanto os comentários de Nader dizem respeito à ciência geral (especialmente àquela realizada em centros universitários de pesquisa), Stengers e Ralet (1997) apresentam uma interessante ilustração da conexão entre política e ciência num cenário propriamente político. Partindo do contexto dos anos 1970, em que diferentes países europeus estudavam a possível descriminalização da maconha, os autores centram sua análise no caso francês. Como em outros lugares, os governantes franceses queriam saber: há justificativa para a sociedade impedir as pessoas de consumir maconha? E apelaram à ciência para dar uma resposta. A ironia é que a primeira consulta, junto a

especialistas médicos, deu um veredito negativo: não havia nada especial nos efeitos da maconha que justificasse a repressão desmedida de seu consumo.

Entretanto, os dirigentes franceses, apoiados na convicção de que a maconha ofendia um suposto consenso moral, não se deram por satisfeitos com esses resultados. Convocaram uma nova rodada de especialistas, desta vez da área da psicanálise, que, com pitadas de retórica lacaniana, garantiram que a drogadição era uma doença da psique, provocada em grande medida por uma falta de figura paterna. Os dependentes tóxicos, na realidade, careceriam de uma figura de autoridade capaz de impor limites. O governo francês, ao interditar o uso da maconha, estaria preenchendo essa função terapêutica. Nesse caso, conforme Stengers e Ralet, teríamos a subordinação do "técnico" ao "político", isto é, a formulação do problema conforme pressupostos que entregam controle a certos especialistas e ignoram outros. Os próprios cientistas, que raramente resistem às tentações do poder, se prestam a esse jogo.

Falando sempre sobre o contexto francês, Stengers e Ralet contrastam a aparente falta de diálogo sobre a descriminalização da maconha com o fervilhar de opiniões trazidas à baila durante a formulação da política de combate à aids. Foram consultados historiadores, sociólogos, médicos, psicólogos e outros especialistas que levaram o governo à conclusão de que seria de pouca eficácia, e mesmo contraproducente, apelar à lei penal ou a outras medidas repressivas para impedir a disseminação da doença. Nesse caso, em vez de começar com uma injunção moral, os especialistas fizeram a pergunta: quem sou eu para dizer aos outros "faça" ou "não faça"? E, nesse espírito, trouxeram a única alternativa que Stengers e Ralet (1997, p. 222-223) consideram "verdadeiramente técnica": "A clara exposição das controvérsias entre especialistas".

Aqui, estamos longe da definição usual da técnica como procedimento guiado pela pura racionalidade, livre da (e contrastada à) política. Estamos diante de uma perspectiva que apresenta a técnica, a política e a ética como indissociáveis. A tentação, quando saímos do laboratório e nos envolvemos em controvérsias multidisciplinares, é de esquecer que nossa racionalidade científica encerra todos esses elementos. Formulamos argumentos que transmitem



a “óbvia” superioridade de nossa visão no intuito de demolir o oponente e estancar o debate. No clima polêmico desse tipo de confronto, “a pessoa enfrentada não é um parceiro na procura da verdade, mas um adversário, um inimigo que está errado, que é perigoso, e cuja própria existência representa uma ameaça” (Foucault, 1997, p. 112; Rodrigues, 2008). Trata-se do que Haraway (2008) chama uma atitude “exterminista”, inspirada em geral em crenças de moralidade absoluta. Talvez esse estilo belicoso seja uma boa maneira de ganhar eleições, mas não propicia a produção de novas ideias condizentes com a reflexão científica, pois todas as energias são gastas em minimizar as controvérsias e escorar antigas verdades. A conclusão dessa linha de raciocínio não é que devemos evitar confrontos intelectuais, nem nos furtar a posicionamentos políticos, mas, quiçá, investir mais energia nas tecnologias do diálogo.

## UMA ÉTICA DO DESCONFORTO

Foucault, num artigo dirigido ao público (francês) amplo (1979 *apud* Rabinow, 1997), faz uma distinção entre o engajamento político sartreano e sua própria maneira de se deixar “afetar” pelos acontecimentos do momento. A distinção é importante porque implica não uma postura fixa – com certezas duradouras –, e sim uma ética sujeita à experiência do próprio pesquisador, colada à trajetória de suas vivências. Para elaborar sua “ética do desconforto”, Foucault alude a Merleau-Ponty sobre a vocação do filósofo: “De nunca sentir-se completamente à vontade com aquilo que parece evidente”.<sup>8</sup> Esse desconforto implica a possibilidade de se enganar e, assim, de rever, em função de novos acontecimentos, a postura (política e intelectual) adotada em época anterior. Estamos longe aqui da moralidade legalista que se agarra a regras supostamente universais e eternas apesar de todas as pressões (ou evidências) em contrário. Trata-se de uma determinada combinação de ética e ciência em que aquela impede que esta se torne dogma.

Encontramos uma variante dessa ética do desconforto na postura de Haraway – primatologista, feminista e grande referência nos estudos da ciência – sobre o sacrifício de



animais não humanos na experimentação científica. Nesse debate, a autora não desqualifica nenhuma voz; elenca a opinião de donas de casa, amigos pessoais e vegetarianos ativistas antes de chegar à sua própria – e trêmula – posição:

Sim, eu defendo a matança de animais em condições materiais-semióticas que considero toleráveis... mas isso não basta. Recuso escolher entre “os direitos invioláveis dos animais” e “o bem-estar superior dos humanos”. Qualquer dessas opções dá a impressão de que, com um cálculo racional, podemos resolver o dilema. É só escolher... Recuso essa dicotomia racionalista que domina a maioria das disputas éticas (Haraway, 2008, p. 87).

Trata-se de uma inquietação ética que não se resolve com uma cartilha de regras nem se restringe a um só momento da pesquisa. Haraway insiste que o cuidado ético se impõe ao longo da pesquisa: desde a aquisição da competência técnica até o trato atencioso com todos os organismos envolvidos na experiência. O cuidado ético se impõe, além de tudo, no engajamento político, que empurra o pesquisador a levar seus resultados para as arenas pertinentes de discussão, e na competência cívica, que lhe permite travar diálogos, sem ceder à polêmica, com aqueles “outros” que não reconhecem de antemão o mérito do seu trabalho científico. Apresentada nesses termos, a ética do pesquisador exige que se amplie o círculo de interlocutores nas discussões sobre aspectos éticos e técnicos da pesquisa científica.

## **AMPLIANDO O CÍRCULO DE INTERLOCUTORES**

Rejeitar a noção de “cidadela” da ciência, reconhecer que qualquer pesquisa encerra a possibilidade de sérias consequências, inteirar-se das controvérsias que rondam o tema da investigação, pleitear a necessidade do debate público entre especialistas, contestar as fronteiras que protegem certas áreas contra esse debate, aceitar a inquietação como parte do empreendimento científico são pistas estratégicas para aprofundar a reflexão sobre a ética

na antropologia, assim como em qualquer outra tradição disciplinar. Mas essa lista ficaria incompleta caso não fosse incluído um último ponto: a importância fundamental dos “não especialistas” no proceder da ciência.

Uma recente pesquisa antropológica que escutou médicos, juizes e pacientes opinando sobre aspectos éticos das novas tecnologias reprodutivas ilustra essa importância (Allebrandt; Macedo, 2007). Quando instados a opinar sobre o descarte de embriões ou o uso destes em pesquisa científica, os profissionais entrevistados tendiam a delegar essa decisão a outra categoria que não a deles. Juristas diziam que “a ciência” deveria decidir; médicos afirmavam que a decisão caberia aos clientes; e pacientes atribuíam a decisão aos profissionais. Esse curioso empurra-empurra de responsabilidade ilustra os efeitos problemáticos de uma visão que pressupõe fronteiras nítidas entre as diferentes esferas de conhecimento. Em vez de esclarecer atribuições morais, a idealização de diferentes territórios torna mais fácil os cientistas, como, aliás, quase todas as demais categorias de indivíduos, se eximirem de responsabilidade. Se, pelo contrário, paramos para examinar os rumos *particulares* que a descoberta científica segue, vendo-os como fruto de certas opções em detrimento de outras, começamos a admitir a necessidade de *socializar* a responsabilidade pelas consequências da ciência, incluindo uma variedade cada vez maior de parceiros no debate.

Ao longo deste capítulo, tentamos demonstrar que a dimensão ética entra em todas as etapas da pesquisa. Começa com a eleição do tema, que anda geralmente de par com as possibilidades de financiamento. A dimensão ética manifesta-se de novo na formulação do problema, no recrutamento de aliados, na seleção e tratamento dos sujeitos pesquisados. A própria linguagem do texto final envolve considerações éticas, a depender de quem é eleito como plateia: ora a comunidade internacional de pesquisadores, planejadores e profissionais, ora donas de casa e leitores do diário local.

Ao reconhecer que elementos éticos permeiam a pesquisa científica do início até o fim, torna-se patente que é ilusório imaginar ser possível regular esses elementos inteiramente através de instâncias formais. Qual comitê de ética – com quantos membros e quantas horas de discussão – daria conta da complexidade do campo? Os comitês de



ética são importantes não porque podem aplicar fórmulas matemáticas ao proceder científico, não porque devem exercer um controle policesco sobre as pesquisas. São importantes porque suscitam discussões que (esperamos) vão extrapolar os limites da comunidade acadêmica, minando os alicerces dos muros, já esburacados, que circundam a cidadela da ciência.

Há, em outras partes do mundo, vigorosas políticas nacionais para promover a participação do público amplo no proceder da ciência (Mazo, 2008). Em algumas situações essa preocupação desemboca numa política superficial que se concentra na "alfabetização científica" de um público supostamente ignorante (Irwin; Wynne, 2003). Mas também existe um movimento para garantir a efetiva participação de cidadãos comuns nas decisões que afetam o desenvolvimento da ciência. Na Inglaterra, por exemplo, o primeiro conselho nacional de bioética, o Conselho Nuffield, foi formado no início dos anos 1990 com a orientação de que a maioria dos membros deveria ser de leigos, "no sentido de não serem nem cientistas profissionais, nem capacitados para a prática clínica" (Jasanoff, 2005, p. 186). Justificação para essa política se encontrava na suspeita de que especialistas não levariam em consideração a insegurança e vulnerabilidade que muitos cidadãos comuns sentem diante dos novos problemas da ciência.

No Brasil também se esboça um movimento para incluir não especialistas nos debates sobre o proceder dos cientistas. Alguns comitês de ética preveem a presença de leigos seja como membros ativos, seja como participantes nas reuniões abertas ao público. A questão agora é como garantir que essa presença – de integrantes de movimentos sociais, professores de colégio, homens de negócios e outros cidadãos comuns – represente mais do que uma inclusão formal. Lembremo-nos, no episódio evocado no início deste capítulo, das acusações usadas para desqualificar críticos que assinaram o abaixo-assinado. Eles foram taxados de "não cientistas", "pessoas não vinculadas à atividade científica", "leigos" querendo opinar sobre a pesquisa "sem ter base para tanto". Considerando que a maioria dos signatários eram professores universitários, boa parte com doutorado, que exercem atividades de ensino e pesquisa na área das humanidades, pergunta-se: o que seria necessário

para opinar? Se a opinião dessas pessoas é descartada de antemão, qual a legitimidade dos demais signatários – psicólogos e advogados (com “apenas” um diploma de bacharel), ativistas e coordenadores de ONGs (que, quiçá, não têm ensino superior) – para entrar no debate? Se a inclusão de leigos nos comitês de ética se conformar a esse espírito, perguntamos como essas vozes conseguirão expressar qualquer coisa a não ser um “amém” à opinião “dos que sabem”.

Ao reconhecer a abrangência das implicações éticas de nossas pesquisas, começamos a suspeitar que os “leigos” têm não somente o direito, mas também a competência para participar em muitas das decisões técnicas. Tal atitude não significa o cientista abdicar do saber especializado de sua área. Significa, sim, o reconhecimento de que nenhuma de suas opções é puramente técnica e que já existe uma inegável influência (se bem que pouco explicitada) do público no proceder científico. A ética científica, concebida como fórum de deliberação democrática, implica a promoção de um ambiente em que, indo além da cordialidade complacente, explicita-se esse envolvimento e contemplam-se seriamente as perspectivas alternativas. Implica a criação de um espaço em que, por ser afastada do exercício arbitrário de poder (censura), a crítica não é temida de antemão; e em que as inevitáveis paixões políticas são canalizadas não para algum consenso mítico (ideal dos tempos idos) e, sim, para o diálogo. Implica, afinal, uma opção quanto ao tipo de sociedade em que queremos viver.

---

<sup>1</sup> Incluo nesse termo pesquisadores das ciências humanas: antropólogos, psicólogos, etc.

<sup>2</sup> No editorial, a linguagem incendiária do primeiro artigo foi trocada por termos mais sofisticados. Em lugar de “adolescentes homicidas”, constava “jovens sob custódia do Estado que cometeram homicídios”. Nos argumentos do editorialista, entrou Descartes, saiu “a mente criminosa”.

<sup>3</sup> O Relatório Belmont, referência de bioética, define a beneficência em termos de “maximizar os benefícios; e diminuir os possíveis danos” (Costa, 2008, p. 36). O Código de Ética Antropológica da Associação Brasileira de Antropologia reza que as populações, objeto de pesquisa, devem ter a “garantia de que a colaboração



prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado” (Víctora *et al.*, 2004, p. 173).

<sup>4</sup> Certamente, há colegas nas ciências sociais que pensam nesses termos – aqueles, por exemplo, que, no auge da celeuma, ousavam (com não pouca coragem) lembrar que os autores da pesquisa gaúcha possuíam sólida reputação acadêmica, e que pelo menos um deles tinha longa história de colaboração junto a organizações pelos direitos da criança e do adolescente.

<sup>5</sup> Diniz e Corrêa (2001) contam como, nessa mesma época, surgiram propostas no cenário internacional para modificar a Declaração de Helsinque e assim tornar populações em países pobres mais acessíveis à experimentação médica.

<sup>6</sup> Citam-se, por exemplo, experiências que demonstram como a privação temporária de visão em macacos e gatos recém-nascidos provoca uma perda vitalícia dessa função.

<sup>7</sup> Além de filósofo especializado em estudos da ciência, Bruer é presidente há 17 anos de uma fundação que financia pesquisas nas neurociências.

<sup>8</sup> “Ética do desconforto” é o termo que Rabinow usa para traduzir a intenção de Foucault.

## REFERÊNCIAS

ABREU, D. S.; SOUSA, L. R. P.; ALLI, E. À espera de justiça: assassinatos de crianças e adolescentes na grande Fortaleza. Fortaleza: Cedeca-Expressão, 1999.

ALLEBRANDT, D.; MACEDO, J. Fabricando a vida: implicações éticas, culturais e sociais do uso de novas tecnologias reprodutivas. Porto Alegre: Metrópole, 2007.

BAKER, L. A.; BEZDJIAN, S.; RAINE, A. Behavioral genetics: the science of antisocial behavior. Law and contemporary problems, v. 69, n. 7, p. 7-46, 2006.

BOURDIEU, P. La distinction: critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.

\_\_\_\_\_. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BRUER, J. The myth of the first three years: a new understanding of early brain development and lifelong learning. New York: Free Press, 1999.

CARRARA, S. As mil máscaras da sífilis. In: \_\_\_\_\_. Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 25-73.

CASTRO, L. D. de. Pagamento a participantes de pesquisa. In: DINIZ, D. *et al.* (Org.). Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: LetrasLivres, Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 219-251.

COMMITTEE ON ETHICAL CONSIDERATIONS FOR REVISIONS TO DHHS REGULATIONS FOR PROTECTION OF PRISONERS INVOLVED IN RESEARCH. Ethical considerations for research involving prisoners. Washington: Institute of Medicine of the National Academies, 2006.

COSTA, S. O desafio da ética em pesquisa e da bioética. In: DINIZ, D. *et al.* (Org.). Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: LetrasLivres, Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 25-52.

DINIZ, D.; CORRÊA, M. Declaração de Helsinki: relativismo e vulnerabilidade. Cadernos de Saúde Pública, v. 17, n. 3, p. 679-688, 2001.

EIDELWEIN, K. Pesquisa "cerebral" com adolescentes. Zero Hora, Porto Alegre, 24 jan. 2008. p. 21.

ETCHICHURY, C. Cientistas investigam as causas da violência entre adolescentes. Agência de Notícias dos Direitos da Criança, 1 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCriancaseAdolescentes/tabid/77/ConteudoId/1a406004-f7f7-4e51-821a-3d076657abd8/Default.aspx>>. Acesso em: 5 fev. 2009.

FLECK, L. Genèse et développement d'un fait scientifique. Paris: Les Belles Lettres, 2005.

FLORES, R. Feudalismo acadêmico nas ciências sociais. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21 jan. 2008. Setor Ciência. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2101200802.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2009.

FOLHA DE S. PAULO. Editorial: razão e preconceito. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2201200802.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2009.

FONSECA, C.; CRAIDY, C. Acompanhando o andamento da ciência para além do consentimento informado. *Adverso*, n. 155, p. 10-11, 2008.

FONSECA, C.; SCHUCH, P. Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Polemics, politics, and problematizations. In: RABINOW, P. (Org.). *Michel Foucault: ethics, subjectivity and truth*. New York: New Press, 1997. p. 111-119.

GARCIA, R. Estudo vai mapear cérebro de homicidas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u348589.shtml>>. Acesso em: 5 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. Re: Em: pesquisa sobre "adolescentes homicidas" [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[claudiaf2@uol.com.br](mailto:claudiaf2@uol.com.br)> em 7 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. Psicólogos tentam impedir pesquisa com homicidas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2101200801.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2009.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOLDIM, J. R. Ética e pesquisa em antropologia. In: VÍCTORA, C. *et al.* (Org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 163-167.

HACKING, I. *The social construction of what?* Cambridge: Harvard University Press, 1999.

HARAWAY, D. *When species meet*. Minnesota: University of Minnesota Press, 2008.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INGOLD, T. (Ed.). *Key debates in anthropology*. London: Routledge; Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

IRWIN, A.; WYNNE, B. *Misunderstanding science? The public reconstruction of science and technology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

IZQUIERDO, I. Sobre a liberdade de pesquisar. *Zero Hora*, Porto Alegre, 24 jan. 2008. p. 36.

JASANOFF, S. *Designs on nature: science and democracy in Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

KAHN, J. P. Prison research: does locked up mean locked out? *Ethics Matters*, 6 set. 1999. Disponível em: <<http://www.cnn.com/HEALTH/bioethics/9909/prison.research/>>. Acesso em: 2 dez. 2009.

KOTTOW, M. História da ética em pesquisa com seres humanos. In: DINIZ, D. *et al.* (Org.). *Ética em pesquisa: temas globais*. Brasília: LetrasLivres, Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 53-86.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Lisboa: Editora 34, 1994.

LEUNG, A. *et al.* Who gets caught? Statistical discrimination in law enforcement. *Carleton Economic Papers*, p. 2-3, 2002.

LIMA, R. S. de. Atributos raciais no funcionamento do sistema de justiça criminal paulista. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 1, p. 60-65, 2004.

LUNA, F. Consentimento livre e esclarecido: ainda uma ferramenta útil na ética em pesquisa. In: DINIZ, D. *et al.* (Org.). *Ética em pesquisa: temas globais*. Brasília: LetrasLivres, Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 153-186.

MAZO, C. M. *Plan nacional y cultura científica*. Madrid: Oficina de la Comunidad Científica, 2008.

MCKINNON, S.; SILVERMAN, S. *Complexities: beyond nature and nurture*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.



MERTON, R. K. Science and technology in a democratic order. *Journal of Legal and Political Sociology*, n. 1, p. 115-126, 1942.

NADER, L. The three-cornered constellation: magic, science and religion revisited. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Naked science*. New York: Routledge, 1996. p. 259-276.

NOTA DE REPÚDIO: estudos sobre a "base biológica para a violência em menores infratores": novas máscaras para velhas práticas de extermínio e exclusão. Rio de Janeiro: Ciespi, 2007. Disponível em: <[http://www.ciespi.org.br/portugues/noticias\\_006.htm](http://www.ciespi.org.br/portugues/noticias_006.htm)>. Acesso em: 1 fev. 2010.

PETRYNA, A. Ethical variability: drug development and globalizing clinical trials. *American Ethnologist*, v. 32, n. 2, p. 183-197, 2005.

RABINOW, P. Cortando as amarras: fragmentação e dignidade na modernidade hoje. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 23, p. 55-69, 1993.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Michel Foucault: ethics, subjectivity and truth*. New York: New Press, 1997. p. xi-xlii.

RODRIGUES, H. B. C. Sobre um parágrafo de Michel Foucault: resposta a muitas questões? *Psicologia Clínica*, v. 20, n. 2, p. 127-145, 2008.

SCHNEIDER, D. Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio. In: VELHO, G. *Desvio e divergência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 52-81.

SHAPIN, S. *A social history of truth: civility and science in seventeenth-century England*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

STENGERS, I.; RALET, O. Drugs: ethical choice or moral consensus. In: STENGERS, I. *Power and invention: situating science*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. p. 215-232.

VÍCTORA, C. *et al* (Org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.